
Betty Espinosa, Coordinadora

Mundos del trabajo: pluralidad y transformaciones contemporáneas



FLACSO
ECUADOR

Índice

Prólogo
Betty Espinosa

Introducción

Las transformaciones contemporáneas del trabajo.
Nuevas canteras de pensamiento y de acción
Thomas Périlleux

I. TRANSFORMACIONES ESTRUCTURALES PROFUNDAS

**El nuevo estatuto del trabajo: ‘financiarización’
de la economía y ‘flexibilización’ del empleo**
Robert Cobbaut

**La encrucijada del enfoque de derechos:
pensando y haciendo la política pública de otra manera**
Ludwig Guendel

La política social posible. Diálogo en Quito.
Rolando Franco

**Enfoques sobre formas alternativas de
administración de derechos y personas.**
Ramiro Viteri Guerrero

© De la presente edición:

FLACSO, Sede Ecuador
La Pradera E7-174 y Diego de Almagro
Quito – Ecuador
Telf.: (593-2-) 323 8888
Fax: (593-2) 3237960
www.flacso.org.ec

ISBN:
Cuidado de la edición: Paulina Torres
Diseño de portada e interiores: Antonio Mena
Imprenta:
Quito, Ecuador, 2008
1ª. edición: julio 2008

La responsabilidad social del Estado de bienestar:
Los sistemas de pensiones en América Latina
Adela Figueroa Reyes

Situación del sistema de pensiones en
el Ecuador, la perspectiva de la Superintendencia
de Bancos y Seguros
Carmen Corral

II. TRANSFORMACIONES DE LAS COORDENADAS DE LA EXPERIENCIA

La noción de capital humano en el trabajo
y la educación
Miguel Chavarría

Las maestras de educación primaria en México.
Un estudio sobre transacciones objetivas y subjetivas
en la construcción de la identidad profesional
José Luis Torres Franco

A expansão dos bancos privados estrangeiros
para a América Latina e seus impactos na vida de
trabalhadores bancários: estudo de caso sobre
a privatização de um banco público brasileiro
Alcides Fernando Gussi

La experiencia de mujeres asalariadas en Santiago
de Chile: Sentidos del trabajo e identidades de género.
Lorena Godoy y Antonio Stecher

Los significados del trabajo femenino en
el mundo global. Propuesta para un debate desde
el campo de la cultura y las identidades laborales.
Rocío Guadarrama Olivera

Trabajar juntos, vivir en colectivo: condiciones
y destinos de los colectivos de trabajo.
Thomas Périlleux

III. ¿ACTORES COLECTIVOS EN RECOMPOSICIÓN?

El comercio ambulante y su relación con
el sistema político institucional en el Distrito
Federal de México
Diana Silva Londoño

El voluntariado en el mundo laboral en Ecuador
Julio César Benítez R.

El empoderamiento: entre la participación en
el desarrollo y la economía social
Unai Villalba Egiluz

La flexibilidad laboral en Venezuela:
¿la antinomia entre desarrollo de los mercados
de trabajo o la acentuación de la precarización laboral?
María Candelaria Rodríguez Pérez

Entre compromisso e pragmatismo:
a gramática da ação de trabalhadores em
cooperativas de produção no sul do Brasil
Ricardo Mayer

A expansão dos bancos privados estrangeiros para a América Latina e seus impactos na vida de trabalhadores bancários: estudo de caso sobre a privatização de um banco público brasileiro¹

Alcides Fernando Gussi*

Resumo

Este trabalho reflete acerca das estratégias do setor financeiro mundial nos últimos anos e seus impactos na vida dos trabalhadores bancários no contexto da expansão dos bancos privados estrangeiros para a América Latina, notadamente para o Brasil. Para tanto, toma-se o estudo de caso de um banco privado espanhol após a compra de um tradicional e importante banco público de São Paulo, privatizado em 2000. A pesquisa, de aporte etnográfico, privilegiou a construção de narrativas biográficas de bancários e a análise da dimensão simbólica dos acontecimentos decorrentes da privatização, focando as transformações sofridas pelos bancários, sobretudo quanto à perda do trabalho e dos referenciais de sua identidade sócio-profissional. Na lógica construída pelos bancários, as mudanças ocorreram de forma abrupta e autoritária no contexto de uma cultura do terror implantada pela nova gestão do banco espanhol e, nesse contexto, suas narrativas evocam rituais de passagem, em que emergem representações de mortes individuais e coletivas, e de renascimentos, quando os trabalhadores atribuem outros sentidos às suas vidas, fora do

1 Este trabalho constitui parte dos resultados apresentados em Gussi (2005). Trata-se também de uma pesquisa vinculada ao Grupo de Pesquisa “Etnografias do Capitalismo Contemporâneo” do Depto. De Ciências Sociais IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

* CNPq/FUNCAP (UFC).

banco, enfrentando a violência do capital. Por tudo isso, este trabalho permite que pensemos os efeitos pessoais e sociais do processo de internacionalização financeira para os trabalhadores de países periféricos, como os latino-americanos.

Palavras-chaves: trabalho – identidade sócio-profissional – narrativas biográficas – dimensão simbólica – rituais de passagem - sistema financeiro – bancos – mundialização

Em 2000, ocorreu um evento que pode ser considerado como o epicentro do processo de mudanças do setor financeiro brasileiro em curso naquele período, causando impactos para milhares de trabalhadores bancários: trata-se da privatização do Banco², um tradicional banco público paulista, comprado por um grupo financeiro de origem espanhola, o Grupo Espanhol³.

A privatização do Banco evidenciou a desnacionalização e a desestatização da economia brasileira, diretrizes da política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso do período (Biondi, 1999, 2000). No que se refere ao processo geral de mudança do sistema financeiro brasileiro, a privatização do Banco marcou, de um lado, o enfraquecimento dos bancos públicos e, de outro, a abertura do setor financeiro ao capital internacional (Rodrigues, 2004), destacando-se o espanhol, que similarmente ocorreu em vários países latino-americanos (Gussi, 2001). Dessa forma, esse evento representou o embate político e as contradições entre o público e o privado, e entre o nacional e o estrangeiro do cenário econômico e político brasileiro daquele momento.

Mas que impactos esse evento teve para a vida dos quase 21.000 funcionários do Banco? Essa pergunta moveu, inicialmente, a realização de uma pesquisa de campo entre 2000 e 2002 em que se construiu uma noção empírica do contexto etnográfico que remetia às mudanças deco-

2 Não utilizo o nome próprio da empresa – sua marca - já que entendo que são os trabalhadores e não a empresa o meu foco principal de estudo. A empresa será aqui nomeada simplesmente por “Banco”.

3 Não será mencionada também a marca da empresa espanhola, que será referida como “Grupo Espanhol”.

rentes da privatização. Verificou-se que os impactos da privatização entre os trabalhadores do Banco, os “bancários⁴”, como se autodenominam, resultou no desligamento de milhares de funcionários e na rápida reestruturação do trabalho e, como consequência disso, levou, de forma rápida, à quebra do sentido de pertencimento dos “bancários” em relação à empresa, de sua identidade sócio-profissional (Gussi, 2005).

Partindo desse contexto etnográfico, realizou-se a construção de narrativas biográficas de trabalhadores do Banco que passaram pelo processo de privatização e já estavam desligados da empresa. Essas narrativas informam como ocorreu o processo de mudanças por meio da apreensão dos sujeitos que viveram esse processo. Com elas, podemos considerar que, no processo de mudanças, operaram lógicas distintas: uma lógica do capital sob a qual, em última instância, foram regidas as mudanças, norteadas pelas estratégias do Grupo Espanhol, e que revelam a dinâmica da mundialização financeira (Chesnais, 1996, 1999); e uma outra lógica construída narrativamente pelos trabalhadores ao longo de suas trajetórias na empresa por meio de suas redes de sociabilidade, a que se vincula uma identidade sócio-profissional, a “bancária”.

Este trabalho propõe considerar essas lógicas distintas que circunscrevem a privatização e as mudanças no Banco, dividindo-se em duas partes, onde se realizará: na primeira, uma descrição das estratégias do Banco no contexto da expansão e internacionalização do capital financeiro; e na segunda parte, uma análise das narrativas dos trabalhadores, privilegiando a dimensão simbólica quanto aos impactos da privatização para as suas vidas.

Uma lógica das mudanças: estratégias do setor financeiro para a América Latina no contexto da mundialização do capital.

A privatização do Banco insere essa empresa e os seus trabalhadores, definitivamente, no contexto da lógica contemporânea em que opera o sistema financeiro brasileiro, latino-americano e mundial.

4 Os trabalhadores intitulam-se por meio de uma denominação que remete diretamente ao nome próprio da empresa. Em conformidade com o mesmo procedimento exposto na nota 1, neste trabalho, essa identidade sócio-profissional dos trabalhadores do Banco será aqui doravante nomeada como a de “bancária” e esses trabalhadores identificados como os “bancários”.

Tal lógica refere-se ao processo amplo de reestruturação do capital que vem criando novas bases para sua expansão, o qual Chesnais (1996) denominou “a mundialização do capital”. Esse processo tem como base o capital financeiro, tratando-se, antes de tudo, de uma “mundialização financeira” (Chesnais, 1999) que se sustenta em uma economia de mercado focalizada em políticas de liberalização, privatização, desregulamentação e abertura dos estados nacionais, e o desmantelamento de direitos sociais. Além disso, um dos principais traços da “mundialização do capital” é o seu caráter excludente na medida em que, nesse processo, há a seletividade dos capitais e a marginalização de países e camadas sociais (Chesnais, 1996).

Tal mundialização promoveu a abertura financeira da América Latina nos anos 90, e particularmente do Brasil no período do Governo de Fernando Henrique Cardoso (Freitas, 1999; Freitas Prates, 1998, 2001). Disso resultou no enfraquecimento dos bancos públicos e na ampliação da presença de bancos estrangeiros no sistema financeiro brasileiro. Assim, a participação dos bancos públicos diminuiu consideravelmente no conjunto do sistema bancário nacional, ainda que se pese a participação de bancos públicos federais, e isso se deveu principalmente à privatização dos bancos estaduais. Segundo dados do Banco Central, dos vinte e nove bancos federais e estaduais, restaram dezesseis bancos públicos em 2000, ano da privatização do Banco (apud. Jinkings, 2003)

Já, quanto à entrada de bancos estrangeiros no país, destaca-se o movimento de bancos espanhóis para o Brasil. Tal fato relaciona-se ao crescimento dos investimentos das empresas espanholas no país, sobretudo entre os anos de 1999 a 2000. No ano de 1999, a Espanha já era o segundo investidor estrangeiro no Brasil, atrás apenas dos investimentos dos norte-americanos, tradicionalmente os maiores investidores estrangeiros no país. Com a compra do Banco pelo Grupo Espanhol, os investimentos espanhóis superaram os norte-americanos em 2000: em novembro deste ano, os investimentos espanhóis já chegavam a 8,3 bilhões de dólares, mais que o dobro dos investimentos norte-americanos que atingiam a cifra de 4,5 bilhões (Gussi, 2001).

As empresas espanholas foram atraídas pelas privatizações das empresas públicas brasileiras, particularmente do setor de telecomunicações,

como no caso da empresa espanhola Telefônica que comprou a empresa de telefonia pública paulista, e do setor de energia elétrica; e também elas foram atraídas pelos investimentos no setor financeiro, como resultado de fusões dos bancos privados, quando houve a entrada de dois grandes grupos financeiros espanhóis no país (Gussi, 2001).

Notadamente, os investimentos espanhóis cresceram também em todos os países da América Latina nesse período. Grandes empresas espanholas passaram a ter presença forte no mercado latino-americano nos mesmos setores que atuam no Brasil. Assim, em 2000, a Espanha era também o maior investidor na Argentina, superando os Estados Unidos, com a entrada de empresas de petróleo, gás, energia elétrica e telecomunicações naquele país (Gussi, 2001).

Neste contexto, ocorreu a expansão do Grupo Espanhol para a América Latina. Esse Grupo está presente em países como o Chile, México, Peru, Argentina, Venezuela, Uruguai, tendo incorporado bancos públicos e privados nesse continente. No Brasil, o Grupo adquiriu o Banco Geral do Comércio, em seguida o Banco Noroeste em 1997, e, em 2000, adquiriu o Banco Bozano Simonsen (ex-Banco Meridional) e, finalmente, em novembro desse mesmo ano, arrematou o leilão de privatização do Banco (Gussi, 2001). Em novembro de 2000, o Grupo Espanhol passou a ter metade dos seus funcionários alocados na América Latina e suas filiais nesse continente produziram 45% de seu faturamento anual global (Gussi, 2001).

Se a privatização insere o Banco na lógica do sistema financeiro mundial, como faces dessa mesma lógica, essa se dá no quadro de reestruturação do trabalho bancário no país em curso desde os anos 90. Essa reestruturação vem apontando para inúmeras mudanças quanto ao teor do trabalho bancário, tais como: a passagem do bancário “tradicional” para um trabalhador “vendedor-negociador”; a redistribuição do trabalho entre funções, setores e cidades; a transformação na estrutura de cargos, com crescentes demissões; a diminuição de salários; a informatização e terceirização de serviços; o aumento da escolaridade e a crescente feminização do trabalhador bancário (Jinkings, 1995, 2002, 2003; Segnini, 1998, 2001). Deste quadro de reestruturação, depreende-se um processo geral de precarização do trabalho bancário.

Os efeitos de tal reestruturação foram maiores nos bancos públicos, como é o caso do Banco do Brasil (Rodrigues, 2004), e entre os antigos bancos públicos estaduais que foram privatizados, como é o caso do Banco, que passaram a operar segundo a lógica de bancos privados. Assim, as diferenças historicamente construídas entre os trabalhadores dos bancos privados e os dos bancos públicos, principalmente no tocante à estabilidade de emprego e à conquista ampliada de direitos trabalhistas desses últimos, como previdência complementar, foram se estreitando como efeitos da política econômica dos anos 90 baseada na liberação monetária, desregulamentação salarial e privatizações (Jinkings, 2003: 243). Com a extinção de direitos, os trabalhadores dos bancos públicos perdem, no cenário atual, a importância política e sindical que tiveram no século passado (Jinkings, 2003: 244).

A reestruturação do trabalho bancário trouxe impactos para os trabalhadores do Banco. Em meados da década de 90, ainda como banco público, já se verificava elementos que inseriam os “bancários” no processo geral de reestruturação do trabalho, tais como: a redução dos postos de trabalho e conseqüentemente o desemprego, a terceirização dos serviços, a precarização e intensificação do trabalho (Segnini, 2001). Com a privatização, as medidas implantadas pela nova Diretoria do Grupo Espanhol, notadamente entre 2000 e 2002, esse processo foi consolidado.

Vejam os como as narrativas biográficas dos trabalhadores do Banco referem-se a esse processo de mudanças, permitindo refletir acerca das estratégias de expansão dos bancos privados estrangeiros em países periféricos, como o Brasil, no contexto de mundialização do capital.

Uma outra lógica das mudanças: impactos da privatização sobre a vida dos trabalhadores do Banco

A privatização e a entrada da nova gestão do Grupo Espanhol, marcos das mudanças no Banco sob a égide das transformações do sistema financeiro brasileiro e mundial contemporâneo, são representados pelos trabalhadores em suas narrativas por meio do autoritarismo, da pressão e do medo.

Para esses sujeitos, as mudanças ocorreram de forma abrupta e autoritária no contexto de uma cultura do terror implantada pela nova gestão do Grupo Espanhol. A nova Diretoria do Grupo recém-empossada impôs

um conjunto de medidas, sobretudo para o cumprimento de novas metas de produtividade e de venda de produtos que, do ponto de vista dos trabalhadores, eram impossíveis de serem obtidas no curto espaço de tempo que foi estabelecido. A essa pressão associa-se um outro elemento: o medo. Na verdade, o medo dos bancários de perder o emprego, caso não se atingissem as metas. A estabilidade no emprego foi um dos pilares no qual se sustentaram historicamente as relações de trabalho no Banco, e a perda do emprego gerava um grande temor, fundado na insegurança, para o funcionário do Banco.

A perda da estabilidade do emprego e as demissões, mesmo que essas últimas já viessem ocorrendo anteriormente como resultado da reestruturação do trabalho bancário e do próprio Banco (Nespoli, 2004; Segnini, 2001; Silva, 2000), intensificaram-se com a privatização e foram utilizadas estrategicamente pela gestão do Grupo Espanhol para implantar as novas medidas. Nesse sentido, o PDV – Programa de Demissão Voluntária, lançado em 2001 e que resultou no desligamento de mais de 8.000 funcionários, constituiu-se como estratégia central dessa gestão para conduzir as mudanças.

Os efeitos do PDV foram traumáticos. Esses traumas reforçaram a percepção dos trabalhadores sobre a forma autoritária em que ocorreram as mudanças. Podemos fazer uma analogia com o que Taussig (1983, 1993) diz sobre a cultura do terror no contexto da colonização indígena da Amazônia. Nesse contexto, o autor considera que o terror “além de ser um estado fisiológico é também um fato social e uma construção cultural cujas dimensões barrocas permitem funcionar como mediador por excelência da hegemonia colonial” (Taussig, 1983:50).

Da mesma forma considerada por Taussig (1983), podemos entender o teor do relato do terror apresentado nas narrativas no contexto das mudanças do Banco. Esses relatos afirmam-se como um discurso sobre o medo no universo do trabalho no contexto em que se punham em questão o público e o privado, o nacional e o estrangeiro – e, podemos dizer, metaforicamente, o colonizador – espanhol – e o colonizado – brasileiro.

Mas, para Taussig (1983), se a cultura do terror alimenta-se do silêncio, imposto pela solidão e pelo medo dos que a vivenciam, é necessário ver a criação de contra-discursos que produzem sua própria verdade sobre

o terror (p. 50) e que lhe atribuem um outro sentido, diverso de explicações racionais e fundado em “uma lógica cultural do sentido de há muito sedimentada - as estruturas do sentimento - cuja base está num mundo simbólico e não no mundo racional” (p. 51). Nesses contra-discursos, pode-se, ainda segundo Taussig (1983), encontrar uma poética que politicamente permite revelar e subverter a cultura do terror. Os relatos das narrativas apresentam-se também como contra-discursos na medida em que denunciam o autoritarismo da gestão do banco nesse período.

A morte também se apresenta nas narrativas como representação das mudanças do Banco. Ela está associada à cultura do terror, uma vez que: “O espaço da morte é crucial para a criação do sentido e da consciência, e em nenhum lugar é mais verdadeiro do que nas sociedades onde a tortura é endêmica e onde floresce a cultura do terror” (Taussig, 1983:49). Assim, pode-se dizer que o medo da morte alimenta a cultura do terror. No contexto do terror em que se impuseram as mudanças, configurou-se, no Banco, o espaço da morte.

A morte, como metáfora, apresenta-se como central para a análise de Rodrigues (2004) sobre o Banco do Brasil durante o PDV ocorrido em 1995 nesse banco. Assim descreve o clima que se instaurou no Banco do Brasil naquele momento: “A presença da morte invadia o cotidiano da empresa, instalava-se diuturnamente ao lado de cada funcionário, o luto agora transformado em uma experiência interminável que impedia a finalização da passagem” (Rodrigues, 2004:234). Trata-se, para Rodrigues (2004), de uma morte social associada à situação de exclusão no momento em que os funcionários tinham que se decidir pela demissão, mas trata-se também de uma morte associada ao rompimento dos vínculos identitários entre os funcionários e o Banco do Brasil.

Analogamente a Rodrigues (2004), podemos inferir que houve uma morte social no Banco no contexto da cultura do terror na medida em que a privatização e as mudanças conduzidas pelo Grupo Espanhol resultaram na quebra de valores que, essenciais para os funcionários do Banco, sustentavam o seu sentido de pertencimento à empresa, fundando sua identidade sócio-profissional, a “bancária”. Mais que a perda do emprego, é uma identidade coletiva que se perde, sobretudo representada pela saída de aproximados 8.300 funcionários durante o PDV de 2001.

A perda do sentido identitário fundamentou as estratégias operacionalizadas pela nova gestão da empresa privatizada. Se a identidade “bancária” estava sedimentada em valores construídos nas redes sociabilidade que sustentavam uma coletividade - a “bancária” -, a nova gestão estimulou, por meio das demissões e das mudanças nas relações de trabalho, a individualidade e a competitividade no trabalho, o que levou à ruptura – a própria morte – da identidade coletiva dos trabalhadores.

Tal como as narrativas referem-se à morte coletiva dos “bancários”, a privatização do Banco evidenciou representações de seus trabalhadores sobre uma outra morte, vinculada a uma outra identidade, a nacional.

Os movimentos transnacionais contemporâneos, como o da expansão das corporações transnacionais – e o da internacionalização dos bancos, como no caso aqui focado - reforçam as mudanças quanto aos significados que grupos sociais atribuem à sua identidade nacional. Pode-se dizer que a consciência histórica nacional encontra-se problematizada nesse contexto, quando há a emergência de uma consciência pós-tradicional em que os indivíduos assumem a responsabilidade pública de continuar ou não com a tradição nacional transmitida por meio das gerações (Habermas, 1989). Neste sentido, a vinda das empresas espanholas na América Latina despertou um imaginário sobre o passado colonial que “remete à representação de uma recolonização espanhola” (Gussi, 2001:5) e que, no caso brasileiro, se apresentou como uma outra colonização, a espanhola e a não portuguesa, mas, mesmo assim, retendo a referência a um processo de colonização ibérica na América Latina.

No contexto de privatização do Banco, os trabalhadores problematizam essa consciência histórica nacional, que funda uma nacionalidade, a brasileira. As suas narrativas, metaforicamente, remetem para as relações entre colonizador e colonizados, associadas ao passado do país, para dizer sobre as relações assimétricas de poder entre espanhóis – a nova Diretoria do Banco – e os brasileiros, os “bancários”, durante a privatização. Desse modo, elas indicam que há um outro o genocídio, o de uma nacionalidade, ou de uma idéia de identidade nacional na medida em que evidenciam a forma como se operam as desigualdades entre os países, e entre cidadãos de afiliações nacionais distintas, no âmbito da mundialização do capital financeiro (Chesnais, 1996, 1999).

Entre genocídios coletivos e nacionais, as narrativas biográficas dos trabalhadores nos dizem que as mudanças no Banco levaram, metaforicamente, às suas próprias mortes. O trabalho no Banco possibilitou que os trabalhadores se constituíssem como sujeitos nessa empresa no sentido que atribui Mauss à noção de pessoa. Para Mauss (1974), não é o indivíduo o artífice da representação de si, mas essa consiste em uma representação social que não é universal, pois cada sociedade constrói a seu modo essa categoria. Dessa forma, a noção de pessoa supõe a construção ao mesmo tempo de “uma categoria jurídica, moral e mesmo lógica” (Goldman, 1996:86) numa determinada sociedade. Ainda, segundo a teoria maussiana, a noção de pessoa é um “fato social total”, “onde o físico, psíquico e social não mais podem ser distinguidos, e onde representações e processos empíricos não constituem mais que dimensões ou expressões sempre articuladas das práticas humanas que pretendemos investigar” (Goldman, 1996:105).

As mudanças no Banco colocaram em xeque a forma como essa construção social, a da pessoa, deu-se ao longo do tempo nas vidas dos trabalhadores. As mudanças os levaram a vivenciar uma desconstrução ou até mesmo uma negação de si, como pessoas no sentido maussiano, pois promoveram a ruptura da lógica sobre a qual eles afirmavam-se como sujeitos. A perda do sentido de si conduziu ao sofrimento e à doença, como casos de depressão e problemas cardíacos por eles relatados, na medida em que foram rompidas, sistemicamente, dimensões do físico, do psíquico e do social. Trata-se, pois, de mortes individuais em meio a genocídios coletivos.

O espaço da morte está posto nas narrativas dos trabalhadores para referirem-se às mudanças por eles sofridas no Banco. Mas, eles não perderam apenas o seu trabalho no Banco. Perderam, naquele momento, algumas referências de valores que norteavam para cada um deles os sentidos – individual e coletivo – de suas vidas como homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, brasileiros e brasileiras.

Segundo Taussig (1993) o espaço da morte tem uma tradição que remonta analiticamente a Marx:

[Marx] assinalou o desarranjo e um novo arranjo entre nós e as coisas no fetichismo das mercadorias... Na história moderna do fetichismo das

mercadorias rejuvenesce a densidade mítica do espaço da morte – graças à morte do sujeito, bem como graças à recém-descoberta arbitrariedade dos signos, por meio do qual um animismo ressurgente faz com que as coisas se tornem humanas, e os humanos, coisas. (Taussig, 1993:27).

Essa arbitrariedade entre coisas e homens está presente - e denunciada - nas narrativas quando os trabalhadores falam sobre as mudanças do Banco.

Diante de tantas mortes, as narrativas falam da vida que, mesmo pretendendo ser submetida à lógica das mudanças, não cessa de se afirmar. É que a morte não deve ser pensada sem o seu contraponto, a vida. Taussig (1983,1993) em seu estudo sobre a cultura do terror e o espaço da morte nos orienta que esse último é um espaço amplo de possibilidades, pois se apresenta “como uma soleira que permite a iluminação, bem como a extinção [dos grupos]” (Taussig, 1993:26).

As metáforas de morte e vida evocam a ritualização de uma passagem. Os ritos de passagem contemplam temporalidades distintas: um tempo passado, seguido de um período de transição ou de liminaridade, e, finalmente, um tempo novo (Van Gennep, 1978; Turner, 1974; Rodrigues, 2004). Mas, como se deu essa passagem nesse contexto, tal como se apresentam as narrativas?

Como estratégia da empresa, a passagem deu-se por intermédio de um processo de individualização das decisões em que os funcionários deviam escolher entre permanecer num banco que passava a operar segundo a lógica de uma empresa privada, ou desligar-se dele. Nessa estratégia, cabia ao indivíduo e não à empresa a responsabilidade pela decisão. Segundo Enriquez (1999), isso associa a decisão a um processo de “psicologização” no qual o indivíduo deve assumir a culpa pelo seu desligamento, entendendo como sua a responsabilidade de não se adaptar à empresa já que “você é o culpado e não a organização da empresa ou da sociedade. A culpa é só sua” (Enriquez, 1999:78). Se, caso o indivíduo decide permanecer, é a ele cobrado, ainda segundo o autor, “devotamento, lealdade e fidelidade” sem se esperar qualquer contrapartida da empresa, pois “você teve a chance de continuar, mas talvez você não permaneça” (p. 78).

Essa individualização da passagem não permitiu que os “bancários” construísem coletivamente, do ponto de vista simbólico, novos referenciais que os conduzissem para um outro sentido de seu pertencimento em relação à nova empresa nesse momento. Rompendo-se sentido de coletividade durante o processo de desligamento, imprimiu-se, como imperativo, a solidão individual pela escolha de permanecer ou de se desligar do banco durante o PDV.

Quando muitos se desligaram do Banco, ocorreu a ruptura com um passado que os “bancários” tinham que deixar para trás, seja pela sua saída definitiva do banco, seja pela sua permanência e entrega de seu futuro a essa nova empresa. Contudo, o futuro era incerto, pois não haveria qualquer previsibilidade: caso decidissem permanecer, não teriam garantia de emprego e nem saberiam em quais condições de trabalho essa permanência se daria; e, se decidissem por se desligar, eles teriam que reconstruir suas vidas fora do Banco, depois de tantos anos de serviço, uma situação na qual se encontrava a maioria dos funcionários.

Entre um passado que deviam abandonar e um futuro incerto, as narrativas relatam uma fase de liminaridade vivida como uma eterna presentificação do tempo, quando, no hiato da decisão, cada dia de trabalho era vivido como se fosse o primeiro e também o último dia. Um tempo presentificado até que os trabalhadores decidissem entre se desligar ou permanecer no banco, sendo que qualquer que fosse a decisão tinha que ser entendida como de responsabilidade individual. Portanto, vivia-se, na liminaridade, uma solidão atemporal.

Nesse tempo liminar, um eterno presente, os trabalhadores foram abatidos pela doença e pela sensação de morte. Pois somado ao caráter individualizado da decisão, esta tinha que ser tomada no contexto em que percebiam as mudanças, de autoritarismo, de pressões e de medo.

Os rituais de passagem narrados consumaram-se por meio de seus desligamentos, quando os trabalhadores saíram da situação de liminaridade a que foram colocados. Mas, o novo Banco, dirigido pelo Grupo Espanhol enterrou, simbolicamente, os seus mortos?

Considerando o que os trabalhadores relatam, eles realizaram os seus lutos individualmente, fora da empresa, e isso indica que não foi consumado um luto coletivo vivido na empresa. A empresa não enterrou ritual-

mente os seus mortos, pois, se houve o espaço da morte na empresa, não houve espaço para ritualizar o luto, já que foi o próprio indivíduo e não a empresa quem escolheu sua morte.

Elias (2001), ao analisar a exclusão social da morte e dos moribundos no contexto do processo civilizador contemporâneo, considera que o ato morrer esvazia-se na vida social, pois a morte passa a ser um problema “que as pessoas devem resolver entre si e para si” (Elias, 2001:36), e isso explica o esvaziamento do significado dos rituais em torno da morte. Considerando o desligamento dos trabalhadores como metáforas da morte, podemos dizer que esse contexto exposto por Elias (2001) explica a forma como a empresa procedeu ao não realizar, ritualmente, um luto coletivo com o compartilhamento do sofrimento e das perdas.

Além disso, a estratégia da empresa de não enterrar coletivamente os mortos trouxe para aqueles que permaneceram trabalho a possibilidade de ter no futuro as suas próprias mortes anunciadas, trazendo diuturnamente à sua mente a idéia de que: “você teve a chance de continuar, mas talvez você não permaneça”, como aponta Enriquez (1999:78). Trata-se de uma estratégia para perpetuar a cultura do terror e o espaço da morte, onde os mortos devem rondar como fantasmas na memória dos trabalhadores que ficaram no Banco.

Os trabalhadores realizaram seus lutos individuais fora do Banco. E assim eles foram ritualizando a morte, consumando suas perdas coletivas e mortes individuais. Contudo, no decorrer de seus relatos, eles contam sobre suas vidas que levam fora do Banco, suas angústias e conflitos, seus projetos e desejos, sobre como vivem hoje em dia. Esses trabalhadores constroem no tempo presente seus novos lugares, mesmo que já não façam parte de um grupo sócio-profissional que permitiu, no passado, a construção de vínculos identitários e de sua constituição como sujeitos. Desligados do Banco relatam, individualmente, suas experiências em outros espaços de sociabilidade que vêm permitindo reconstruírem a si mesmos nesse momento.

Das mortes impostas pela forma como se processaram as mudanças do Banco, os trabalhadores vivem seus renascimentos. Com isso, puderam realizar o seu ritual de passagem e encontrar a vida que se repõe diante da morte.

Ao afirmarem-se a si como sujeitos, os relatos dos trabalhadores contrapõem à forma autoritária em que ocorreram a privatização, as mudanças do Banco e seus desligamentos. Trata-se, antes, de um contradição à lógica do capital que pretende sucumbir o sujeito à produção e a troca de mercadoria. Um discurso de denúncia e de resistência que, por meio de suas próprias histórias, mostra o modo particular como os trabalhadores viveram e sobreviveram a esse processo, enfrentando a violência do capital a que foram submetidos.

Os trabalhadores escolheram afirmar suas vidas e não sucumbir à morte e ao sofrimento - do capital -, ainda que estes estejam presentes. E assim, ao fazê-lo, transformaram a morte e o sofrimento em uma metáfora da própria vida.

Em suma, as narrativas dos trabalhadores contrapõem à lógica do capitalismo global contemporâneo, que conduziu o processo de mudanças no Banco, e que, em última instância, desconsidera as particularidades identitárias sociais e nacionais, e os sujeitos. É que as narrativas, por revés, põem à tona, contextualmente, a ação dos sujeitos e dos grupos sociais que enfrentam os processos da mundialização financeira e as estratégias dos bancos, ao mesmo tempo em que revelam o modo como esses processos operam nos países periféricos, como os latino-americanos, levando à exclusão de um numeroso segmento de trabalhadores.

Bibliografia

- Biondi, A. (1999). *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- _____. (2000). *O Brasil privatizado II: o assalto das privatizações contínuas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Chesnais, F. (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.
- _____. (1999). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã.
- Elias, N. (2001). *A solidão dos moribundos: seguido de "Envelhecer e morrer"*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Enriquez, E. (1999). "Perda do trabalho, perda da identidade"; In:

- Nabuco, M.G. e Carvalho Neto, A., org; *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: PUC-Minas/IRT.
- Freitas, M. C. P. (1999). *Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90*. São Paulo: IPEA/FAPESP.
- Freitas, M.C.P. e Prates, D. M. (1998). "Abertura financeira na América Latina: as experiências da Argentina, Brasil e México"; In *Economia e Sociedade*, 11 (Dezembro), p. 173-198.
- _____. (2001). "Abertura financeira no governo FHC: impactos e conseqüências". In *Economia e Sociedade*, 17 (Dezembro), p. 81-111.
- Goldman, M. (1996). "Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa". *Revista Brasileira de Antropologia*, no. 1, p. 7-18.
- Gussi, A. F. (2001). "Identidades e nacionalidades: estudo comparativo entre culturas empresariais brasileiras e espanholas". In *Anais do I Seminário Organizações e Sociedade: perspectivas transdisciplinares*. Porto Alegre, CD-rom.
- _____. (2005). "Pedagogias da experiência no mundo do trabalho: narrativas biográficas no contexto de mudanças de um banco público estadual". Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.
- Habermas, J. (1989). *Identidades nacionais e identidades postnacionais*. Madrid: Tecnos.
- Jinkings, N.M. (1985). *O mister de fazer dinheiro: automatização e subjetividade no trabalho bancário*. São Paulo: Boi Tempo.
- _____. (2002). *Trabalho e resistência na fonte misteriosa: o bancário no mundo da eletrônica e do dinheiro*. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (2003). "As Formas contemporâneas de exploração do trabalho nos bancos"; In *Idéias* ano 9 (2) – 10 (1) Revista do IFCH/UNICAMP, p. 53-54
- Mauss, M. (FALTA AÑO) "Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção de 'eu'". In Mauss, M. *Sociologia e Antropologia*, volume I. São Paulo: EPU/EDUSP.
- Nespoli, R. G. (2004). "Da solidariedade à competitividade: caminhos da privatização". Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas.

- Rodrigues, L. C. (2004). *Metáforas do Brasil: demissões voluntárias, crise e rupturas no Banco do Brasil*. São Paulo: Anna Blume/Fapesp.
- Segnini, L. R. P. (2001). “Constantes recomeços: desemprego no setor bancário”. In: Segnini, L. R. P. org.; *Tempos e Lugares de gênero*. São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas.
- _____ (1998). *Mulheres no trabalho bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero*. São Paulo: Edusp.
- Silva, E. P. (2000). “Demissões (in)voluntárias e subjetividade”. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas.
- Taussig, M. (1983). “Cultura do terror, espaço da morte na Amazônia”. *Religião e Sociedade*, 10 (Novembro), p. 49-51.
- _____ (1993). *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Turner, V. O. (1974). *Processo ritual*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Van Gennep, A. (1978). *Os ritos de passagem*. Rio de Janeiro: Vozes.